

CONSTRUTORA SULTEPA S/A
CNPJ 89.723.993/0001-33 – NIRE 43 3 0000235 7
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas (“SULTEPA”), em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International) Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao ano de 2011, exceto quando especificado o contrário.

1. PERFIL:

A **SULTEPA** é uma empresa de infraestrutura que atua no ramo da construção e tem em seu portfólio a realização de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, conjuntos residenciais, barragens e montagens industriais. Sua atuação engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, venda de misturas asfálticas, locação de equipamentos e montagens industriais.

A **CONSTRUTORA SULTEPA S/A**, fundada em 1956, juntamente com suas controladas **PEDRASUL CONSTRUTORA S/A** e **SULTEPA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, são pioneiras no ramo da construção pesada no Estado do Rio Grande do Sul.

A **CONSTRUTORA SULTEPA S/A**, é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral.

Com 57 anos de atuação no mercado da construção, a **SULTEPA** tem seu escritório central localizado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Possui ainda duas unidades estratégicas de negócios: Unidade Estância Velha (produção de brita e asfalto), e Unidade Usina em Porto Alegre (produção de concreto).

2. CENÁRIO EM 2012:

O ano de 2012 foi marcado por atrasos no início de obras e paralisações temporárias, prejudicando assim a rentabilidade das obras, e conseqüentemente o resultado do exercício.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:

3.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

A receita operacional bruta consolidada foi de R\$ 132.4 milhões no período acumulado de 2012, ante os R\$ 174,1 milhões do ano de 2011. O principal fator para a queda de faturamento foi a redução, pelo segundo ano consecutivo, nos segmentos de obras por empreitada, que respondem por aproximadamente 85,0% das receitas da Companhia. A venda de materiais, que é responsável por 14% das receitas da empresa, teve aumento de 23,3% no ano, insuficiente para compensar a queda nas demais linhas do negócio.

3.2. LUCRO BRUTO:

A Companhia trabalhou em 2012, com foco voltado a redução dos custos, os quais atingiram 14,8%, não sendo suficiente para compensar a queda nas receitas operacionais. Com a recente criação da RDC – Regime Diferenciado de Contratação, que constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, com o objetivo de tornar mais ágil as Obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas, estima-se um crescimento na rentabilidade, sendo que esta inovação implantada pela RDC, permite ao contratado desenvolver o projeto da obra e não somente suas execuções.

3.3. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

As despesas gerais e administrativas sofreram aumento de 10,7% no ano, um pouco acima da inflação do período, em função de investimentos em Tecnologia e Planejamento Estratégico.

As despesas financeiras apresentaram aumento de 17% em razão do aumento de juros e variações monetárias, compensadas pelo aumento de 6% nas receitas financeiras, decorrentes da melhor política de investimentos de curto prazo da Companhia.

3.4. RESULTADO LIQUIDO:

Em função do desempenho reportado, a Companhia apresentou em 2012 prejuízo líquido de R\$ 46,3 milhões comparado ao lucro de R\$ 0,6 milhão em 2011.

3.5. INVESTIMENTOS:

Considerando o faturamento do exercício, os investimentos entre novas aquisições e reformas relevantes de equipamentos pesados e instalações fixas de britagem somaram R\$ 8,5 milhões.

4. MERCADO DE CAPITAIS:

A cotação de R\$ 2,64 das ações preferenciais da SULTEPA (SULT4) no encerramento do ano de 2012, resultou em uma desvalorização de 32,1%, desempenho inferior ao IBOVESPA que fechou em 60.952 pontos, retração de 7,4% no mesmo período.

5. SUSTENTABILIDADE:

Em 2012, o **GRUPO SULTEPA** manteve sua preocupação com a questão ambiental e deu passos importantes para o aperfeiçoamento da sua Gestão Ambiental.

As principais atividades do **GRUPO SULTEPA** neste campo visam atender aos requisitos legais no licenciamento de obras e unidades fixas, com atenção especial à recuperação ambiental de áreas de extração mineral. Em suas unidades foram plantadas 1.900 mudas de árvores nativas somente em 2012.

Os principais avanços se concentram nas seguintes áreas:

- **NOVAS OBRAS:**

O início de novas obras sempre traz necessidades de licenciamentos ambientais. Em 2012 iniciou-se uma série de licenciamentos junto ao IBAMA para liberação das jazidas, canteiros de obra e pedreiras que servirão à duplicação da BR-116.

• **MONITORAMENTO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS:**

A fim de garantir o cumprimento de todas as condicionantes de suas licenças ambientais, a Companhia conta com uma equipe permanente de Gestão Ambiental que realiza vistorias periódicas nas obras e unidades fixas. Nestas ocasiões também são realizadas palestras de conscientização e capacitação aos colaboradores.

• **GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:**

Além da coleta seletiva, foi implantado o Plano de Gerenciamento de Resíduos nas principais unidades, em total conformidade com a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos.

• **RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS:**

Durante a exploração das áreas mineradas, a empresa assume o compromisso administrativo e legal de recuperar por completo as mesmas, o que vem sendo cumprido com sucesso. Dentre todos os programas de redução ou eliminação de impactos ambientais atrelados às atividades da Companhia em todas as unidades e obras, podemos citar o “**Projeto Mãos Dadas**” que une ações de preservação, reflorestamento e conscientização ambiental na unidade industrial de Estância Velha, nossa principal unidade de apoio a todas as obras, onde já foram plantadas mais de 14.600 mudas de espécies nativas. Este projeto encontra-se em fase final de recuperação da pedreira, e por essa razão, no ano de 2012, iniciou-se nesta unidade a operação de uma nova pedreira com vida útil de aproximadamente 15 anos.

• **MATRIZ ENERGÉTICA:**

O Projeto Piloto de substituição da matriz energética da principal usina de produção de asfalto onde o combustível utilizado para alimentar a usina, o óleo BPF, foi totalmente substituído por Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) obteve sucesso. A nova matriz energética foi disseminada para outras unidades da empresa, garantindo melhor qualidade ao produto, redução de custos e de emissões atmosféricas.

6. RECURSOS HUMANOS E PROJETOS SOCIAIS:

Em 2012, o **GRUPO SULTEPA** encerrou o seu quadro de colaboradores com 881 pessoas entre a Sede, os Escritórios Regionais e as Obras.

Neste ano a Companhia investiu aproximadamente R\$ 454mil em treinamentos, obtendo em média 50 horas/homens treinados. Além de treinamentos operacionais e técnicos, sua estratégia foi capacitar os gestores e suas equipes em cursos voltados ao mapeamento de processos e indicadores de desempenho. Visando o bem-estar dos colaboradores, manteve todos os serviços na área de saúde, incluindo tratamento odontológico.

7. PERSPECTIVAS:

As perspectivas para 2013, com base na Carteira de Obras Contratadas, sinalizam crescimento no faturamento na ordem de 15% em relação a 2012, principalmente, com o início das obras da BR116 (DNIT) e obras da Copa do Mundo e com as novas obras licitadas em 2012. Acreditamos que os resultados operacionais das obras e as negociações e repactuações com os principais credores, deverão resultar, a partir do próximo ano, em uma situação econômico-financeira mais estável.

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:

Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que nossos auditores independentes, a Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores, não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

10. AGRADECIMENTO:

A Administração da **CONSTRUTORA SULTEPA S/A** agradece a todos seus acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, governos federal, estaduais e municipais, parceiros e, em especial, aos seus colaboradores.

Porto Alegre, 30 de maio de 2013.

A ADMINISTRAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela **ROKEMBACH + Lahm, Villanova, Gais & Cia. Auditores** opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. Conselheiros Eduardo Cunha Muller-José Barbosa Filho – Antônio Salvador

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1.000)

ATIVO

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE		9.152	8.343	45.927	91.661
Caixa e equivalentes de caixa	5	121	62	1.205	13.029
Clientes	6	3.806	4.949	24.077	37.179
Estoques	7	1.550	1.675	2.313	2.227
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	2.238	-	3.788	-
Impostos a recuperar	8	548	672	2.030	2.455
Partes relacionadas	12	-	-	343	343
Adiantamentos		389	262	1.301	499
Outras contas		327	550	1.663	2.771
Operações com consórcios	24	173	173	9.207	33.158
ATIVO NÃO CIRCULANTE		757.491	745.781	882.911	846.282
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		350.749	327.209	698.970	639.737
Partes relacionadas	12	-	-	33.755	29.085
Tributos diferidos	11	-	-	-	2.191
Créditos a receber	9	336.790	310.727	632.801	582.133
Depósitos judiciais e empréstimo compulsório		3.888	3.608	4.086	3.793
Outros investimentos		267	267	297	297
Outras contas		3.045	6.514	11.937	9.992
Operações com consórcios	24	6.759	6.093	16.094	12.246
INVESTIMENTOS	13	292.523	298.962	4.406	16.661
Participações em controladas		288.555	295.097	-	-
Participações em coligadas		3.968	3.865	4.406	16.661
IMOBILIZADO	14	114.219	119.610	179.535	189.884
TOTAL DO ATIVO		766.643	754.124	928.838	937.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1.000)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE		124.601	136.620	200.207	170.793
Fornecedores		7.425	4.643	16.226	10.396
Instituições financeiras	15	39.216	52.737	75.597	81.144
Debêntures	21	11.720	9.457	11.720	9.457
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	8.964	4.308	20.156	11.512
Salários e provisão de férias		4.761	2.843	8.543	4.574
Dividendos a pagar		99	994	112	1.006
Partes Relacionadas	12	4.619	23.663	3.326	-
Credores diversos	16	3.991	2.134	16.657	11.976
Títulos a pagar	17	25.456	22.830	25.469	22.830
Parcelamento Lei 11.941/2009	19	18.332	12.993	19.322	13.692
Operações com consórcios	24	18	18	3.079	4.206
NÃO CIRCULANTE		418.248	346.664	499.472	491.698
Partes relacionadas	12	64.996	8.462	11.753	11.079
Instituições financeiras	15	415	5.240	3.745	14.986
Debêntures	21	49.714	49.007	49.714	49.007
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	8.325	4.252	16.422	7.770
Tributos diferidos	20	106.967	102.919	198.100	191.283
Credores diversos	16	41.699	40.148	42.732	44.715
Parcelamento Lei 11.941/2009	19	119.348	116.253	121.946	119.047
Provisão para contingências	23	17.367	12.267	27.794	15.816
Provisão para reflorestamento de jazidas	23	1.549	1.549	2.916	2.916
Operações com Consórcios	24	7.868	6.567	24.350	35.079
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	223.794	270.840	229.159	275.452
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		223.794	270.840	223.794	270.840
Capital social		130.000	130.000	130.000	130.000
Reservas de reavaliações		49.906	53.528	49.906	53.528
Ajuste de avaliação patrimonial		25.701	31.170	25.701	31.170
Reservas de Lucros		18.187	56.142	18.187	56.142
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	5.365	4.612
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		766.643	754.124	928.838	937.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$ 1.000)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
Receita operacional líquida	30	34.793	32.829	122.167	161.462
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	(33.555)	(31.724)	(118.383)	(138.961)
Lucro bruto		1.238	1.105	3.784	22.501
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	31	(22.927)	(25.912)	(41.724)	(37.678)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(6.440)	24.727	(1.298)	5.936
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(1.335)	(316)	(1.750)	(292)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(29.464)	(396)	(40.988)	(9.533)
Despesas financeiras	32	(38.582)	(34.424)	(53.203)	(45.459)
Receitas financeiras	32	25.124	27.397	59.187	55.853
Resultado antes dos impostos		(42.922)	(7.423)	(35.004)	861
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	-	-	(1.749)	(2.760)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(4.124)	5.415	(9.540)	2.458
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(47.046)	(2.008)	(46.293)	559
Atribuído aos acionistas controladores		(47.046)	(2.008)	(47.046)	(2.008)
Atribuído aos acionistas não controladores				753	2.567
Resultado básico/diluído por ação ON - R\$	27	(3,73)	(0,16)	(3,73)	(0,16)
Resultado básico/diluído por ação PN - R\$	27	(3,73)	(0,16)	(3,73)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em R\$ 1.000)

Descrição	Reservas de Reavaliação			Reservas de Lucros					Ajuste de Aval. Patrimonial			Lucros Acumulados	Total	Participação de não controladores	Patrimônio Líquido total	
	Capital Social	Ativos Próprios	Ativos de Controladas	Total	Legal	Para Aumento de Capital	Lucros a Realizar	Para Investimento e Capital de Giro	Total	Ativos Próprios	Ativos de Controladas					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	130.000	38.985	16.069	55.054	3.226	218	5.186	45.713	54.344	12.572	20.877	33.449	-	272.847	2.105	274.952
Realização da Reserva de Reavaliação		(1.720)	194	(1.526)												
Realização do Aj. Aval. Patrimonial										(1.644)	(635)	(2.279)	1.526	2.279		
Distribuição de Dividendos - Acionistas Não controladores															(60)	(60)
Resultado do Exercício													(2.008)	(2.008)		(2.008)
Participação dos acionistas não controladores															2.567	2.567
Destinações propostas à Assembléia Geral:																
Reserva para Investimentos e Capital de Giro							1.797	1.797					(1.797)			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	130.000	37.265	16.263	53.528	3.226	218	5.186	47.510	56.142	10.928	20.242	31.170	-	270.840	4.612	275.452
Realização da Reserva de Reavaliação		(3.264)	(358)	(3.622)												
Realização do Aj. Aval. Patrimonial										(3.191)	(2.278)	(5.469)	3.622	5.469		
Distribuição de Dividendos - Acionistas Não controladores																
Resultado do Exercício													(47.046)	(47.046)		(47.046)
Destinação proposta à Assembléia Geral																
Compensação de Prejuízo							(37.955)	(37.955)					37.955			
Participação dos acionistas não controladores															753	753
Saldos em 31 de dezembro de 2012	130.000	34.001	15.905	49.906	3.226	218	5.186	9.555	18.187	7.737	17.964	25.701	-	223.794	5.365	229.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto para o exercício findo em 31 de Dezembro

(Em R\$ 1.000)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício	(47.046)	(2.008)	(47.046)	(2.008)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação, amortização e exaustão	4.032	5.962	7.786	9.509
Constituição (reversão) de provisões	5.343	4.174	11.907	6.569
Resultado de equivalência patrimonial	6.440	(24.727)	1.298	(5.936)
Custo do permanente baixado ou vendido	8.499	507	13.305	544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.124	(5.415)	9.540	(2.458)
Despesas de juros	16.306	16.977	24.763	28.633
Receita com juros sobre créditos a receber	(26.064)	(25.886)	(50.667)	(49.199)
Dividendos recebidos	-	3.476	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	753	2.567
	(28.366)	(26.940)	(28.361)	(11.779)
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	899	8.536	12.857	3.162
(Aumento) redução dos estoques	125	(643)	(86)	(1.660)
(Aumento) redução de devedores diversos	3.691	(1.443)	(1.804)	(1.015)
Aumento (redução) de fornecedores	2.782	204	5.829	1.833
Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	18.872	7.220	29.086	12.266
Operações c/ consórcios	636	674	8.248	11.340
Aumento (redução) de credores diversos	3.407	593	2.697	3.678
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(282)	1.218	427	2.261
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	<u>2.759</u>	<u>1.443</u>	<u>3.231</u>	<u>1.436</u>
	32.889	17.802	60.485	33.301
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.523	(9.138)	32.124	21.522
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento	-	-	(1)	-
Aquisição de imobilizado	<u>(9.378)</u>	<u>(1.723)</u>	<u>(14.530)</u>	<u>(3.232)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.378)	(1.723)	(14.531)	(3.232)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de debêntures	(5.899)	(5.784)	(5.899)	(5.784)
Pagamento de dividendos	(894)	(2.683)	(894)	(3.367)
Mútuos com partes relacionadas	37.491	(7.568)	10.058	(2.117)
Empréstimos/financiamentos tomados	35.195	48.794	136.682	288.636
Amortização de principal e juros de financiamentos	(60.979)	(22.145)	(169.364)	(291.149)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	4.914	10.614	(29.417)	(13.781)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	59	(247)	(11.824)	4.509
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62	309	13.029	8.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	121	62	1.205	13.029
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>59</u>	<u>(247)</u>	<u>(11.824)</u>	<u>4.509</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Em R\$ 1.000)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Receitas	36.622	35.624	126.113	174.086
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	38.323	36.324	132.431	174.772
Outras receitas	(1.335)	(316)	(1.750)	(292)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(366)	(384)	(4.568)	(394)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(35.351)	(35.499)	(104.004)	(125.583)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(10.129)	(9.664)	(45.715)	(57.432)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.222)	(25.835)	(58.289)	(68.151)
Valor adicionado bruto	1.271	125	22.109	48.503
Depreciação, amortização e exaustão	4.032	5.962	7.786	9.509
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	(2.761)	(5.837)	14.323	38.994
Valor adicionado recebido em transferência	18.684	52.124	57.889	61.789
Resultado de equivalência patrimonial	(6.440)	24.727	(1.298)	5.936
Receitas financeiras	25.124	27.397	59.187	55.853
Valor adicionado total a distribuir	15.923	46.287	72.212	100.783
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	12.375	12.585	29.975	28.105
Remuneração direta	9.580	9.736	24.843	23.484
Benefícios	1.907	1.978	3.027	2.783
FGTS	888	871	2.105	1.838
Impostos, taxas e contribuições	11.474	720	28.521	20.225
Federais	10.952	114	25.960	16.606
Estaduais	286	207	850	879
Municipais	236	399	1.711	2.740
Remuneração de capitais de terceiros	39.120	34.990	60.009	51.894
Juros e variações monetárias	38.582	34.424	53.203	45.459
Aluguéis	538	566	6.806	6.435
Remuneração de Capitais Próprios	(47.046)	(2.008)	(46.293)	559
Prejuízo do exercício	(47.046)	(2.008)	(47.046)	(2.008)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	753	2.567
Valor adicionado distribuído	15.923	46.287	72.212	100.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

de 31 de Dezembro 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Sultepa S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre – RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia tem por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços de terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações contábeis individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

Em complemento a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado – DVA em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

As autorizações para conclusão das presentes demonstrações contábeis foram concedidas pela diretoria da Companhia em 29 de maio de 2013. A Companhia não está apresentando a Demonstração de Resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Construtora Sultepa S.A. e das seguintes empresas controladas:

Sociedade	Percentual de participação			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A (a)	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda (a)	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A (a)	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (b)	-	-	-	50,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (a)	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (a)	-	95,00	-	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (b)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (a)	-	68,13	-	68,13

a) as controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser

consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. O resultado do período é atribuído aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores.

b) empresas com controle compartilhado (joint ventures) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto as demonstrações contábeis das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia. Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/2010.

4.2. Apuração do resultado

As receitas de vendas e de prestação de serviços estão apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. A receita de prestação de serviço é reconhecida com base no serviço prestado. O resultado, apurado pelo

regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 5.

4.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

4.5. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor líquido de realização. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração ao seu valor recuperável.

4.6. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.7. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 14, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

4.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

4.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4.10. Provisões

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.11. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço em que gera receita tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e contribuição social

diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

4.12. Instrumentos Financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

4.13. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que seja necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas

úteis dos ativos imobilizados, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares.

A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4.14. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

4.15. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

a) as seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Norma	Assunto
IAS 12	Impostos diferidos

b) alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB foram publicados e/ou revisados e passarão a vigorar 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

Norma	Assunto
IFRS 9	Instrumentos financeiros
IAS 28	Investimentos em coligadas e entidades com controle compartilhado
IFRS 10	Demonstrações contábeis consolidadas
IFRS 11	Contratos compartilhados
IFRS 12	Divulgações de participações em outras entidades
IFRS 13	Mensurações ao valor justo
IAS 19	Benefícios aos empregados

A Administração da Companhia avaliou os efeitos destas alterações e novos procedimentos e prevê que sua adoção não provoque impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício de aplicação inicial.

4.16. Arrendamento Mercantil (leasing)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 14.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	18	18	18	19
Depósitos bancários	11	10	461	10.093
Aplicações de liquidez imediata	92	34	726	2.917
Total	121	62	1.205	13.029

As aplicações financeiras no balanço consolidado referem-se principalmente a Fundo de Aplicações Financeiras de renda fixa (FAF) e estão registradas pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

6. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Governo Federal	-	-	13.802	20.763
Governos Estaduais	3.321	4.660	8.082	12.763
Governos Municipais	597	586	4.097	5.707
Clientes Privados	1.674	1.245	2.450	2.066
(-) Prov.Devedores Duvidosos	(1.786)	(1.542)	(4.354)	(4.120)
Total	3.806	4.949	24.077	37.179

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	1.542	1.590	4.120	4.168
Adições/reversões	244	(48)	234	(48)
Saldo no final do exercício	1.786	1.542	4.354	4.120

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
A vencer	3.221	4.555	21.101	35.759
Vencidos até 30 dias	300	324	1.109	636
Vencidos até 60 dias	82	126	1.105	221
Vencidos até 90 dias	166	34	225	75
Vencidos há mais de 90 dias	1.823	1.452	4.891	4.608
Total	5.592	6.491	28.431	41.299

7. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Matéria prima	979	1.198	1.314	1.249
Peças de reposição	214	189	324	322
Combustíveis e Lubrificantes	152	163	368	367
Outros	205	125	307	289
Total	1.550	1.675	2.313	2.227

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de Renda e CSLL	-	37	532	423
PAES	-	-	444	636
INSS	534	633	955	1.311
Outros	14	2	99	85
Total	548	672	2.030	2.455

9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Direitos Creditorios União (a)	232.054	212.598	523.971	480.038
Precatório Sinicon (b)	56.066	50.982	56.066	50.982
Precatórios União (c)	45.238	43.715	49.052	47.401
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.712	3.712
Total	336.790	310.727	632.801	582.133

a) Créditos a receber processo Construtora Sultepa e controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Os valores referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A tramitação judicial deste item está mencionada na nota 34a. A Administração, suportada pelo parecer dos seus

assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

b) Precatório Sinicon x União Federal

Os valores referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida provisão para não realização destes ativos.

c) Precatórios a receber União

Os valores referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado na nota 34a.

Conforme descrito na notas explicativas nº 19 e 22 os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB – Receita Federal do Brasil.

d) Precatórios a receber Prefeitura de Porto Alegre

O valor refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23/06/2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívida, que a Controladora possui junto a União Federal.

A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda, também é detentora de precatório desta Prefeitura.

Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e Controlada Pedrasul Construtora S.A.

Os seguintes valores relativos aos créditos a receber – não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

31/12/2012		
Descrição	Controladora	Consolidado
Direitos Creditorios União (a)	59.541	59.541
Precatório Sinicon (b)	56.066	56.066
Precatórios União (c)	23.445	24.923
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432
Total	142.484	143.962

- a) Garantia concedida juntos aos debenturistas.
- b) Garantia concedida junto a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas.
- c) O montante de R\$ 24.923 mil refere-se a R\$ 23.674 utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos – Lei 11.941 e parcelamentos ordinários, conforme descrito nas notas 19 e 22, e o montante de R\$ 1.249 mil é relativo a garantia concedida junto à credores diversos descrito na nota 17.
- d) Garantia em dívida com a União Federal.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTE MANTIDOS PARA VENDA

A administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Morro do boi e Parobé da controladora e Pedra Redonda da controlada Pedrasul Construtora S/A, registrados com os valores de R\$ 2.238 e R\$ 1.550 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda. A Controladora e sua controlada, procederam à transferência de imóveis classificados no Imobilizado para Ativos não Circulante Mantidos para Venda, por entenderem que as negociações se darão num prazo inferior a 12 meses.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS – ATIVO NÃO CIRCULANTE - CONSOLIDADO

De acordo com a Deliberação CVM 599/2009 – Tributos sobre o lucro, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. Em virtude da revisão anual do valor, a Companhia em 31.12.2012 procedeu à reversão deste ativo.

Ativo	31.12.2011
Provisão p/Contingências	2.244
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	4.201
Base de Cálculo	6.445
Alíquota nominal	34%
Total	2.191

12. PARTES RELACIONADAS

a) **Saldos com partes relacionadas:**

CONTROLADORA

EMPRESAS	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pedrasul Construtora S/A (1)	-	-	23.938	8.462
Sultepa Constr e Com Ltda (1)	1.293	23.663	37.749	-
STE Serv. Técnico de Engenharia (2)	3.326	-	3.309	-
Total	4.619	23.663	64.996	8.462

CONSOLIDADO

EMPRESAS	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011
Sultepa Participações S.A (3)	-	-	18.499	15.892	-	-	-
Portella Nunes Partic. S.A (3)	-	-	13.517	12.010	-	-	-
STE Serv. Técnico de Engenharia (2)	-	-	-	-	3.326	3.309	-
Controle em Conjunto	-	-	1.739	506	-	8.195	10.727
Outros	343	343	-	677	-	249	352
Total	343	343	33.755	29.085	3.326	11.753	11.079

Operações Com Partes Relacionadas - DRE

Controladora

	31.12.2012			31.12.2011		
	Receita Operacional	Resultado Financeiro Líquido	Custo com Obras	Receita Operacional	Resultado Financeiro Líquido	Custo com Obras
	Pedrasul Construtora S.A	358	(2.496)	178	-	(5.758)
Sultepa Construções e Com. Ltda	15.000	(4.109)	172	17.361	-	(333)
TOTAL	15.358	(6.605)	350	17.361	(5.758)	(333)

Operações Com Partes Relacionadas - DRE

Consolidado

	31.12.2012		31.12.2011	
	Resultado Financeiro Líquido	Outras Receitas (despesas) Operacionais	Resultado Financeiro Líquido	Resultado Financeiro Líquido
Sultepa Participações S.A	2.046	-	1.536	-
Portella Nunes Partic. S.A	1.520	-	1.295	-
Pedrasul Construtora S.A	-	116	-	-
STE Serv. Téc. De Engenharia	(303)	-	-	-
TOTAL	3.263	116	2.831	2.831

(1) Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2014.

(2) O saldo com a STE Serviço Técnico de Engenharia, em 31.12.2012 está respaldado pelo Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóveis com Direito de Lavra, o qual prevê o pagamento de uma parcela inicial de R\$ 2.442

em 30 de setembro de 2012 e o saldo original restante de R\$ 3.890, a ser pago em prestações mensais com vencimento final previsto para 05 de outubro de 2022, sendo os mesmos atualizados mensalmente pela variação de 100% do CDI acrescida de juros 0,6%a.m. O referido instrumento refere-se a recompra por parte da Companhia, dos terrenos e benfeitorias situados em Estância Velha – RS que foram a leilão para liquidação parcial de dívida junto ao Banco do Brasil S.A. O referido instrumento prevê que serão causas resolutiveiras a inadimplência da parcela inicial e/ou o não pagamento consecutivo de três prestações mensais ou até seis prestações mensais de modo alternado, desde que haja a manifestação da vendedora (STE). Neste caso a Companhia perde o direito à compra dos imóveis, bem como deverá transmitir os direitos minerários, abrangendo os de lavra existente. Até a data da aprovação das demonstrações contábeis pela diretoria da Companhia, nenhum dos valores devidos foi pago, bem como a Companhia não recebeu qualquer tipo de manifestação pela parte relacionada solicitando a resolução do mesmo.

(3) Saldo das operações junto às Controladoras da Companhia, as quais são atualizadas a uma taxa de 1% a.m.

b) Remuneração do pessoal-chave:

A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	1.126	1.002	1.937	1.741
Outros benefícios (despesas c/ assistência médica e seguro de vida)	46	42	46	42
Total	1.172	1.044	1.983	1.783

13. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

Movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Participações em controladas/coligadas	298.962	277.710	16.661	10.717
Adições	-	-	-	8
Provisão de perda de Investimento	-	-	(459)	-
Recebimento de lucros/dividendos	-	(3.476)	(10.727)	-
Equivalência patrimonial	(6.439)	24.728	(1.069)	5.936
Saldo	292.523	298.962	4.406	16.661

31 de Dezembro de 2012

Descrição	Controladas	
	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. E Com. Ltda
Capital social	70.500	91.000
Patrimônio líquido ajustado	182.606	105.994
Resultado do exercício	3.178	(9.713)
Participação %	99,63	99,95

Descrição	Controladas/Coligada			Total	Total
	31.12.2012				
	Pedrasul Const.S.A	Sultepa Constr e Com. Ltda	Sulbrape Ltda		
Saldo inicial	179.449	115.648	3.865	298.962	277.710
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	(3.476)
Equivalência Patrimonial	3.166	(9.708)	102	(6.439)	24.728
Saldo Final	182.615	105.940	3.967	292.523	298.962

14. IMOBILIZADO

CONTROLADORA					
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2010	97.569	19.719	5.858	1.210	124.356
Adições	241	901	264	317	1.723
Transferências	-	42	(155)	113	-
Baixas	-	(467)	(7)	(33)	(507)
Depreciações	(1.813)	(3.402)	(325)	(422)	(5.962)
Saldos em 31.12.2011	95.997	16.793	5.635	1.185	119.610
Adições	6.575	2.572	142	89	9.378
Baixas/transferências	(9.522)	(1.198)	(16)	(1)	(10.737)
Depreciações	(1.822)	(1.937)	(75)	(198)	(4.032)
Saldos em 31.12.2012	91.228	16.230	5.686	1.075	114.219
CONSOLIDADO					
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2010	153.454	31.309	10.140	2.381	197.284
Adições	241	1.189	860	942	3.232
Transferências	-	(2.326)	(154)	2.480	-
Baixas	-	(528)	(7)	(588)	(1.123)
Depreciações	(2.295)	(5.105)	(1.377)	(732)	(9.509)
Saldos em 31.12.2011	151.400	24.539	9.462	4.483	189.884
Adições	6.575	7.474	209	272	14.530
Baixas/transferências	(11.072)	(5.934)	(16)	(71)	(17.093)
Depreciações	(2.303)	(3.944)	(1.212)	(327)	(7.786)
Saldos em 31.12.2012	144.600	22.135	8.443	4.357	179.535

a) Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/12/2012	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	77.793	131.109
Máquinas e Equipamentos	9.485	15.831
Veículos	5.311	8.081
Total	92.589	155.021

b) Bens Reavaliados

As contas de imobilizado incluem R\$ 79.687 (R\$ 103.858 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31 de dezembro de 2012, não encontrou a necessidade de constituição de provisão.

15. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	38.189	51.170	-	4.451
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	987	974	415	789
Leasing (c)	1,36% a.m;	40	593	-	-
Total		39.216	52.737	415	5.240

Descrição	Encargos	CONSOLIDADO			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	72.842	77.540	1.695	11.326
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	2.181	1.804	2.047	3.242
Leasing (c)	1,36% a.m;	574	1.800	3	418
Total		75.597	81.144	3.745	14.986

(a) Para os empréstimos foram dadas em garantia os direitos creditórios, nota 09c, e aval dos diretores. O vencimento final é outubro 2015 na controladora e consolidado.

Em 2012, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R\$ 27.828 e R\$ 41.610 encontram-se vencidos, sendo R\$ 23.726 e R\$ 24.446 em processos judiciais. Os demais montantes em atraso, R\$ 4.102 e R\$ 17.164 estão sendo negociados diretamente com as instituições financeiras.

(b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final Junho de 2014 e Dezembro de 2016, na controladora e consolidado, respectivamente.

(c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final Dezembro de 2012 e Janeiro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente.

16. CREDORES DIVERSOS

Controladora

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Prestadores de Serviços	2.477	1.456	-	-
Subempreiteiros	442	210	-	-
Transportadores	1.052	466	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	41.291	39.902
Outros	20	2	408	246
Total	3.991	2.134	41.699	40.148

Consolidado

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Prestadores de Serviços	10.143	7.200	-	-
Subempreiteiros	2.805	2.539	-	-
Transportadores	3.634	2.194	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	41.291	39.902
Outros	75	43	1.441	4.813
Total	16.657	11.976	42.732	44.715

a) Referem-se aos honorários incidentes sobre os Créditos descritos na nota 09.

17. TÍTULOS A PAGAR

Controlada

Descrição	Passivo Circulante	
	31.12.2012	31.12.2011
Betunel Ind. e Com. Ltda	23.634	20.794
Greca Distrib. Asfaltos	1.249	1.207
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	395
Outros	236	434
Total	25.456	22.830

Consolidado

Descrição	Passivo Circulante	
	31.12.2012	31.12.2011
Betunel Ind. e Com. Ltda	23.634	20.794
Greca Distrib. Asfaltos	1.249	1.207
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	395
Outros	249	434
Total	25.469	22.830

O saldo junto a Betunel Ind. e Com. Ltda está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a, conforme acordo firmado. Para garantia da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A detêm junto ao DNIT.

18. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R\$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social. No exercício de 2012, foi registrado no resultado consolidado R\$ 1.749 como tributo corrente.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. No exercício de 2012 foram registrados no resultado da controladora R\$ 4.124 e no consolidado R\$ 9.540 como tributos diferidos.

19. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS – LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda, aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial – PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente. A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S/A utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social, para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2012 estão sendo atualizados pela taxa Selic conforme preconizado na Lei do parcelamento.

A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S/A, também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

a) Dívida Consolidada

	Controladora	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2011	129.246	132.739
(+) Atualização monetária pela taxa Selic	8.434	8.694
(-) Pagamentos efetuados	-	(165)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2012	137.680	141.268
Passivo Circulante	18.332	19.322
Passivo Não Circulante	119.348	121.946

b) Parcelas compensadas

Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa 09c

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	13.424	14.736
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	8.163	8.329
Total compensado até 31 de dezembro de 2012	21.587	23.065

20. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no CPC 32 e deliberação CVM 599/2009.

Tributos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Direito creditório/precatório	342.869	311.572	540.859	498.788
Reserva de reavaliação	51.517	56.462	75.687	80.633
Ajuste de aval. patrimonial	11.721	16.556	39.001	46.443
Lucro diferido	-	-	14.781	11.048
Saldo	406.107	384.590	670.328	636.912
(-) 30% Prejuízo fiscal	(102.859)	(93.472)	(102.859)	(93.472)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	303.248	291.118	567.469	543.440
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	103.105	98.980	192.939	184.769
PIS E COFINS	3.862	3.939	5.161	6.514
Total dos tributos diferidos	106.967	102.919	198.100	191.283

21. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Companhia, estão demonstradas a seguir:

Emissão	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Vencimentos	Encargos	Garantias
	Controladora/Consolidado 31.12.2012	31.12.2011	Controladora/Consolidado 31.12.2012	31.12.2011			
1ª Emissão							
1ª série	-	1.178	-	-	20.12.2012	IGPM+8%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
2ª série	1.893	2.456	-	-			
3ª Emissão					15.12.2020	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
3ª série	9.827	5.823	49.714	49.007			
Total	11.720	9.457	49.714	49.007			

Na nota 34b, está descrito a forma de pagamento da 1ª emissão, bem como as alterações provenientes da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, realizada em 06 de março de 2013.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	Controladora			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Imposto Corrente	5.642	2.322	-	-
IRRF	418	296	-	-
PIS/COFINS	550	312	-	-
INSS/FGTS	3.028	1.268	-	-
OUTROS	1.646	446	-	-
Parcelado	3.322	1.986	8.325	4.252
IRRF	360	135	1.000	118
PIS/COFINS	584	662	1.843	522
INSS/FGTS	2.177	999	5.218	3.284
OUTROS	201	190	264	328
TOTAL	8.964	4.308	8.325	4.252

a) Em agosto de 2012, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10 de setembro de 2012, através de Decisão Judicial, a Companhia obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório mencionado na nota 9c.

b) Parcelas compensadas

Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa 09c

	<u>Controladora</u>
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	118
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária	491
Total compensado até 31 de dezembro de 2012	<u>609</u>

Descrição	Consolidado			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Imposto Corrente	13.441	8.022	-	-
IRPJ/CSLL	380	1.641	-	-
IRRF	1.072	728	-	-
PIS/COFINS	1.348	734	-	-
INSS/FGTS	8.325	3.922	-	-
OUTROS	2.316	997	-	-
Parcelado	6.715	3.490	16.422	7.770
IRPJ/CSLL	628	283	982	539
IRRF	600	187	1.259	118
PIS/COFINS	1.416	957	3.314	1.162
INSS/FGTS	3.870	1.844	10.604	5.623
OUTROS	201	219	263	328
TOTAL	20.156	11.512	16.422	7.770

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa selic.

23. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

- a) Provisão para Contingências

Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2011	264	358	3.013	8.632	12.267
(+) Novos processos/complementos e atualizações	11.861	180	982	2	13.025
(-) Reversões e pagamentos	-	-	-	(7.925)	(7.925)
(=)Saldos em 31.12.2012	12.125	538	3.995	709	17.367

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2011	264	597	5.949	9.006	15.816
(+) Novos processos/complementos e atualizações	15.187	349	3.217	1.150	19.903
(-) Reversões e pagamentos	-	-	-	(7.925)	(7.925)
(=)Saldos em 31.12.2012	15.451	946	9.166	2.231	27.794

Características dos montantes:

a.1) Processos cíveis – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

a.2) Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

a.3) Processos tributários – referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

a.4) Passivo solidário – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda, CP Construções e Participações Ltda, Coparco Participações e Construções Ltda e Noroeste Bioenergética S/A.

b.1) Provisões perda Possível – Em 31 de dezembro de 2012, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 3.996 e R\$ 5.097 no consolidado. A administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.

b.2) Provisão para Reflorestamento de Jazida – Foi constituída no valor de R\$ 1.549 na controladora e R\$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

24. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

Consórcio Conesul: a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Construtor do Sul: a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

Consórcios PSP, SPP e SPP1: a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS, sendo que os contratos PSP e SPP estão sendo encerrados.

Consórcio Corredor Padre Cacique: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Sultepa/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

Consórcio Pelotense/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 15%, na execução das obras do Projeto Crema, na restauração e melhorias na BR 287.

Consórcio Sultepa/Convap: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

Consórcio Ferroviário Brasileiro: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

Consórcio Constran/Egesa/Pedrasul/Estacon/Cmt: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 13,97%, na execução das obras da ferrovia de integração oeste leste FIOL/BA – lote 6. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Sultepa/CBM: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

Consórcio BRT Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 20% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves – trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio BRT Protásio Alves: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 20% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves – trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio TBS: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) – trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Viaduto Pinheiro Borda: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Beira Rio: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda, participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Corredor Padre Cacique: a Controlada Pedrasul Construtora S.A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade Porto Alegre/RS.

Consórcio Nova Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 20% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS.

Controladora

	<u>31.12.2012</u>			<u>31.12.2011</u>		
	Conesul	CCS	TOTAL CONTROLADORA	Conesul	CCS	TOTAL CONTROLADORA
BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO						
CIRCULANTE	-	173	173	-	173	173
NÃO CIRCULANTE	6.746	13	6.759	6.080	13	6.093
IMOBILIZADO	180	2	182	180	2	182
	6.926	188	7.114	6.260	188	6.448
PASSIVO						
CIRCULANTE	-	18	18	-	18	18
NÃO CIRCULANTE	7.653	215	7.868	6.352	215	6.567
RESULTADOS ACUMULADOS	(727)	(45)	(772)	(92)	(45)	(137)
	6.926	188	7.114	6.260	188	6.448
RESULTADO DO EXERCÍCIO						
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	-	-
CUSTO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(1)	-	(1)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	(1)	-	(1)

CONSOLIDADO

31.12.2012

	Conesul	CCS	PSP/SPP/ SPP1	Cons. Pelot.	Cons. Sultepa/ Convap	Cons. Sultepa /Pedrasul A e B	Constran/Engesa/ Pedrasul/Estacor/ CMT	Cons. Padre Cacique	Consort. Ferrovi. Brasileiro	Consort. CBM	Cons. Beira Flo	Cons. Nova Bento	Cons. BRT Bento	Cons. BRT Prolião	Cons. TBS	Cons. Fmheiro Borda	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL																	
ATIVO																	
CIRCULANTE	-	187	8	-	142	873	1	-	1.145	2.304	2	306	754	530	1.867	1.088	9.207
NÃO CIRCULANTE	6.746	116	1.321	1.163	38	4.242	113	6	-	-	2	16	-	-	2.128	203	16.094
IMOBILIZADO	180	2	-	-	52	-	-	-	14	-	6	-	-	-	25	3	282
	6.926	305	1.329	1.163	232	5.115	114	6	1.159	2.304	10	322	754	530	4.020	1.294	25.583
PASSIVO																	
CIRCULANTE	-	19	-	-	219	1.057	-	-	860	57	10	47	138	147	339	186	3.079
NÃO CIRCULANTE	7.653	229	826	76	3.198	5.114	-	-	218	2.303	723	351	375	295	2.522	467	24.350
RESULTADOS ACUMULADOS:	(727)	57	503	1.087	(3.185)	(1.056)	114	6	81	(56)	(723)	(76)	241	88	1.159	641	(1.846)
	6.926	305	1.329	1.163	232	5.115	114	6	1.159	2.304	10	322	754	530	4.020	1.294	25.583
RESULTADO DO EXERCÍCIO																	
RECEITA LÍQUIDA	-	-	(2)	475	160	4.831	-	-	3.117	1.897	-	334	1.191	970	4.967	1.063	19.003
CUSTO OPERACIONAL	-	-	(1)	(261)	(1.018)	(6.331)	-	-	(3.258)	(518)	(13)	(426)	(859)	(874)	(3.805)	(624)	(17.989)
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(18)	(69)	(165)	-	-	(468)	8	-	-	(1)	(2)	(2)	(1)	(718)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	(3)	196	(927)	(1.665)	-	-	(610)	1.387	(13)	(92)	331	94	1.160	438	296

31.12.2011

	Conesul	CCS	Molhes do Sul	Consort. Ferroviário Fiol	PSP/SPP/ SPP1	Cons. Pelot.	Cons. Sultepa/ Convap	Cons. Sultepa /Pedrasul A e B	Consort. Ferrovi. Brasileiro	Consort. CBM	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL											
ATIVO											
CIRCULANTE	-	187	-	2	8	-	8.748	19.553	2.679	1.981	33.158
NÃO CIRCULANTE	6.080	116	-	166	1.318	995	19	3.552	-	-	12.246
IMOBILIZADO	180	2	-	-	-	1	68	-	30	-	281
	6.260	305	-	168	1.326	996	8.835	23.105	2.709	1.981	45.685
PASSIVO											
CIRCULANTE	-	19	-	-	-	29	1.224	1.403	1.530	1	4.206
NÃO CIRCULANTE	6.352	229	-	-	823	61	6.543	19.562	389	1.120	35.079
RESULTADOS ACUMULADOS:	(92)	57	-	168	503	906	1.068	2.140	790	860	6.400
	6.260	305	-	168	1.326	996	8.835	23.105	2.709	1.981	45.685
RESULTADO DO EXERCÍCIO											
RECEITA LÍQUIDA	-	-	1.739	44	-	237	7.055	13.207	7.713	1.404	31.399
CUSTO OPERACIONAL	-	-	(3.494)	-	(1)	(241)	(6.416)	(9.181)	(5.288)	(104)	(24.725)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1)	-	(1)	-	(358)	(37)	(122)	(328)	(1.669)	22	(2.494)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1)	-	(1.756)	44	(359)	(41)	517	3.698	756	1.322	4.180

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280

Total	12.600.000

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação está classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Constituída no exercício referente à parcela do resultado positivo da equivalência patrimonial, calculada de acordo com o art. 197 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva para Investimento e Capital de Giro

Tem a finalidade de assegurar o acréscimo de capital de giro da Companhia. É formada com o saldo dos lucros acumulados ajustados depois de deduzida a reserva legal e a reserva de lucros a realizar.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

26. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

27. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	2012		2011	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	(27.965)	(19.081)	(1.194)	(814)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	(3,73)	(3,73)	(0,16)	(0,16)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

b) Práticas contábeis significativas – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 4.

c) Categorias dos instrumentos financeiros - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são

atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	121	62	1.205	13.029
Clientes	3.806	4.949	24.077	37.179
	<u>3.927</u>	<u>5.011</u>	<u>25.282</u>	<u>50.208</u>
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	101.065	116.441	140.776	154.594

d) Risco de crédito - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantêm um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Risco de mercado – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11 de

outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC.

Um das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução.

Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e conseqüentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços.

É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional.

f) Risco de liquidez

Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos

prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota 33, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros os quais estão apresentados nas notas 15 e 21:

Descrição	Controladora	Consolidado
	31.12.2012	31.12.2012
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
Vencidos	27.828	41.610
Vencimento até 31/12/2013	11.388	33.987
Vencimento até 31/12/2016	415	3.745
	39.631	79.342
DEBÊNTURES		
Vencidos	1.893	1.893
Vencimento até 31/12/2013	9.827	9.827
Vencimento até 31/12/2016	15.600	15.600
Vencimento acima de 05 anos	34.114	34.114
	61.434	61.434

29. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos.

Demonstramos abaixo, as principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro:

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada	
		31.12.2012	31.12.2011
Veículos	Total	6.029	4.229
Máquinas	Riscos diversos	-	535
Instalações	Incêndios e riscos diversos	10.842	8.941
Total		16.871	13.705

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	38.322	36.324	132.431	174.772
Receitas de Obras p/Empreitada	8.483	7.722	92.948	124.891
Receitas com Vendas de materiais	14.390	10.953	18.813	15.253
Receitas com Vendas de terrenos	-	55	-	55
Receitas com Consórcios	-	-	20.006	33.318
Receita com Locação de Equipos	15.449	17.594	664	1.255
IMPOSTOS	(3.529)	(3.495)	(10.264)	(13.310)
RECEITA LÍQUIDA	34.793	32.829	122.167	161.462

31. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

DESPESAS POR FUNÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custos com Obras por Empreiteira	(33.555)	(31.724)	(118.383)	(138.961)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.927)	(25.912)	(41.724)	(37.678)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.335)	(316)	(1.750)	(292)
Total	(57.817)	(57.952)	(161.857)	(176.931)

DESPESAS POR NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depreciação e Amortização	(4.045)	(5.962)	(7.769)	(9.509)
Despesas com Pessoal	(15.325)	(14.019)	(37.268)	(32.196)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.408)	(35.253)	(106.531)	(126.897)
Fretes	(718)	(322)	(2.766)	(1.200)
Outras Despesas	(3.321)	(2.396)	(7.523)	(7.129)
Total	(57.817)	(57.952)	(161.857)	(176.931)

32. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009	(8.435)	(10.893)	(8.694)	(10.983)
Atualização de debêntures	(8.869)	(8.684)	(8.869)	(8.684)
Encargos financeiros s/tributos	(2.353)	(1.371)	(5.628)	(3.120)
Encargos s/financiamentos	(8.153)	(8.567)	(18.240)	(16.049)
Juros pagos/apropriados	(10.267)	(3.787)	(10.670)	(4.836)
Demais despesas financeiras	(505)	(1.122)	(1.102)	(1.787)
Total	(38.582)	(34.424)	(53.203)	(45.459)
Receitas Financeiras:				
Atualização proc.trânsito julgado	24.674	24.621	49.278	49.297
Juros recebidos/apropriados	435	2.744	8.295	5.935
Descontos obtidos	15	7	1.450	34
Demais receitas financeiras	-	25	164	587
Total	25.124	27.397	59.187	55.853
RESULTADO FINANCEIRO	(13.458)	(7.027)	5.984	10.394

33. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

Diante da atual situação econômica financeira que a Companhia vem enfrentando há vários meses, a alta administração está tomando algumas medidas para compatibilizar o fluxo financeiro.

O Planejamento Estratégico que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados no Planejamento Estratégico, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação de Fluxo de Caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 8% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e ou redução de todas as despesas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos.

Dentro das premissas acima elencadas, a Companhia já repactuou junto aos debenturistas o pagamento da 3ª emissão, conforme já explanado na nota explicativa nº 21, com isso além do fôlego financeiro, a Companhia conseguirá honrar com o compromisso assumido.

As dívidas junto as Instituições Financeiras estão na pauta das negociações e foram apresentadas propostas de repactuação, de acordo com o fluxo de caixa projetado.

Em relação aos Tributos Federais Parcelados de acordo com a Lei 11.941/2009, a Companhia e sua Controlada Pedrasul Construtora S/A, adotaram a estratégia de efetuar os pagamentos com os créditos que possuem junto à União Federal.

As demais obrigações também estão na pauta de negociações, para o alongamento dos prazos.

A alta administração entende que com as medidas acima elencadas, conseguirá em um curto prazo, aumentar a rentabilidade e compatibilizar seu fluxo financeiro.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Créditos a receber processo Construtora Sultepa e controladas x União Federal (sucessora do DNER) – Nota 09 a e 09c

A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unanime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26/02/2013 os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013 opomos embargos de declaração com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ

e/ou ao STF. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota a chance de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória.

Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no inciso V do art.485 do CPC: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório.

Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos.

b) Debêntures

- As debêntures da 1ª emissão 1ª e 2ª série, foram pagas em 04 parcelas de 01/2013 à 04/2013. A Companhia está procedendo a liberação das garantias que estão atreladas a esta emissão.

- Em 06 de março de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão foi suspenso o pagamento previsto na Assembleia anterior ficando o mesmo da seguinte forma:

- pagamentos mensais no valor R\$ 250.000,00, no período de 31 de julho de 2013 até 31 de março de 2014;

- pagamentos mensais no valor R\$ 450.000,00, no período de 30 de abril de 2014 até 30 de abril de 2015.

Os pagamentos mensais a partir de 31 de maio de 2015 serão devidamente corrigidos conforme instrumento particular de 4º Aditivo à Escritura de Emissão de Debêntures.

Neste ato foi oferecido como reforço de garantia no valor R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) referente parte do Precatório DNIT-SINICON nº 1999.01.00.050591-3/DF, que tramita perante a 17ª Vara Federal da comarca do Distrito Federal.

Também foi prorrogado o vencimento final para 15 de dezembro de 2022.

c) Parcelamentos perdidos em 2013

A Companhia está em processo de reparcelamento dos processos de parcelamentos perdidos no 1º trimestre de 2013, conforme planilha abaixo:

Composição dos parcelamentos perdidos em 2013

	Controladora	Consolidado
Parcelamentos perdidos débitos não previdenciários	1.095	1.095
Parcelamentos perdidos débitos previdenciários	2.562	3.147
Total compensado até 31 de dezembro de 2012	3.657	4.242
(+) Acréscimo de 10% de encargos legais registrados em 2013	166	225

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
CONSTRUTORA SULTEPAS.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individual e consolidada da Construtora Sultepa S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individual

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individual acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Sultepa S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidada

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidada acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Sultepa S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para as Notas nº 9 (a,b,c) e 34 (a) às demonstrações contábeis, que descrevem as situações relacionadas com as ações judiciais movidas contra a Companhia pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 333.358 mil e consolidado em R\$ 629.089 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos à atenção para a Nota nº 12 (a.2) às demonstrações contábeis, que descreve a possibilidade da perda do direito de compra dos imóveis e a obrigatoriedade de transferência dos direitos minerários no caso de manifestação por parte da vendedora, em virtude do não cumprimento das condições pactuadas no contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos à atenção para a Nota nº 12 (a.3) às demonstrações contábeis, que as controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda. possuem créditos a receber de suas controladoras indiretas, Sultepa Participações S/A e Portela Nunes Participações S/A, no montante de R\$ 32.016 mil classificado no ativo não circulante no consolidado, cuja realização depende do sucesso das operações futuras das controladoras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 33 às demonstrações contábeis, que apresenta os planos da administração, com relação a situação atual da Companhia e suas controladas que tem apresentado prejuízo e deficiência de capital de giro. Essas condições, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 as demonstrações contábeis individual foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Sultepa S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável as demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos:

Informação Suplementar- demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação de demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Informações comparativas

As demonstrações contábeis individual e consolidada correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas e emitimos relatório com data de 26 de março de 2012, contendo ressalvas **a)** quanto a não revisão, por auditores independentes, das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011 da coligada direta CP – Construções e Participações Ltda. e das indiretas Coparco – Participações e Construções Ltda. e Noroesthe Bioenergética S.A., através da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., cujo o resultado negativo da equivalência patrimonial reconhecido no exercício foi de R\$ 174 mil; e **b)** não revisão, por auditores independentes, das demonstrações contábeis do consórcio Constran/Engesa/Pedrasul/ Estacon/Cmt, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujo os valores do ativo e passivo incluídos no balanço patrimonial da controladora e consolidado, foram de R\$ 168 mil e R\$ 144 mil, respectivamente, e, o lucro líquido do exercício no montante de R\$ 44 mil incluído no resultado do exercício da controladora e consolidado, e, parágrafo de ênfase quanto a continuidade.

Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

Marcelo de Vargas Gais
CO CRCRS 51.308
Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia. Aud.
CRCRS 3.663

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ricardo Lins Portella Nunes

Presidente

Astir Brasil Santos e Silva

Vice-Presidente

Ilmo Airton Kronbauer

Conselheiro

Jaime Barrios da Costa

Conselheiro

Ângelo Lúcio Villarinho da Silva

Conselheiro

DIRETORIA:

Ricardo Lins Portella Nunes

Diretor Presidente

Ângelo Lúcio Villarinho da Silva

Diretor Controller Adm. e Rel. com Investidores

Ronald Schwambach

Diretor Financeiro

Sérgio Mattos

Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

Claudio Luiz da Silva Abreu

Diretor Comercial

Marcos Picarelli Ferreira

Diretor de Obras

CONSELHO FISCAL:

Eduardo Cunha Muller

Conselheiro

Antonio Salvador

Conselheiro

José Barbosa

Conselheiro

Soeni Piccoli Terres

Contadora – CRC/RS – 052803/O-2